

BLOCO NO PODER E CONFLITOS REGIONAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA¹

Renato Monseff Perissinotto
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O artigo pretende discutir a natureza dos "conflitos regionais" na Primeira República, interpretando-os não como conflitos entre regiões, mas como conflitos políticos no interior das classes e frações dominantes do período. A pergunta a ser respondida é: por que os conflitos políticos de classe assumem a forma de uma luta entre regiões? Procura-se a resposta através de uma análise da estrutura econômica do período e dos principais conflitos políticos nacionais. A conclusão é que a hegemonia política no período deve ser pensada em termos de hegemonia de classe e não de região.

PALAVRAS-CHAVE: *Classes dominantes, bloco no poder, hegemonia, política dos governadores, política do café-com-leite, conflitos regionais.*

O objetivo deste artigo é analisar a natureza dos "conflitos regionais" na Primeira República brasileira (1889-1930). Comumente, tais conflitos são entendidos pela bibliografia sobre a época na forma em que aparecem, isto é, como conflitos entre regiões, mais especificamente, como conflitos entre "oligarquias regionais"². Segundo esta interpretação corrente, o Brasil seria um país entrecortado por uma miríade de interesses regionais, cuja unidade seria assegurada apenas por obras de engenharia política como a Política dos Governadores.

Pensamos, porém, que esse tipo de abordagem não nos revela muito sobre os "conflitos regionais" no primeiro período republicano. Ao contrário, mistifica-os, pois se detém na superfície dos conflitos que marcaram a totalidade social brasileira na Primeira República, não captando as determinações simples que os compõem, ou seja, as classes e frações dominantes.

O uso do termo "oligarquia regional" traz em si dois problemas que obscurecem a análise dos chamados "conflito regionais" na Primeira

¹ Este artigo é um resumo do terceiro capítulo da dissertação de mestrado *Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo (1889-1930)*, defendida em outubro de 1991 no IFCH - UNICAMP.

² Por exemplo, confira Boris Fausto, 1985, p. 196, onde o autor diz que, no período em questão, "as forças sociais se compõem de diversas oligarquias regionais onde a oligarquia paulista exerce uma função hegemônica, a partir da aliança com a oligarquia mineira." Ver também Carone 1970 [1972].

República: a ocultação de divergências e a ocultação de semelhanças. No primeiro problema, o termo "oligarquia regional" (oligarquia paulista, oligarquia mineira, etc.) oculta as divergências que efetivamente existem no interior da classe dominante de cada região. Todas as classes e frações dominantes, as relações entre elas, as divergências e os conflitos econômicos e políticos são colocados sob um mesmo termo generalizador que os obscurece³. Tal concepção, em suma, impede-nos de analisar as relações de subordinação que existem entre as diversas frações da classe dominante, seja na economia agroexportadora ou naquelas voltadas para o mercado interno; remete-nos à região como um todo, obscurecendo a relação entre as partes, ou melhor dizendo, obscurecendo a própria existência das partes.

O segundo problema é o oposto do primeiro. De acordo com a expressão "oligarquia regional", cada região representa um interesse específico, diverso dos interesses das outras "oligarquias regionais". Fica difícil, então, encontrar algo de comum entre as classes e frações dominantes das diversas regiões do País, algo que poderíamos chamar de um interesse geral do bloco no poder. Se houvesse essa divergência que o termo indica, como seria possível explicar a preponderância dos interesses agroexportadores cafeeiros sobre os demais interesses dominantes da economia brasileira durante os quarenta anos da Primeira República? Tentaremos responder mais adiante. Assim, o problema de se tentar compreender os "conflitos regionais" na Primeira República como conflitos entre "oligarquias regionais" resume-se no fato de que, segundo tal explicação, no interior de cada região há completa coesão,

mas externamente há completa diferenciação e, por isso, os conflitos regionais.

O nosso objetivo é, portanto, abandonar o termo "oligarquia regional" para explicar tais conflitos e entendê-los como conflitos entre classes e frações dominantes. A partir daí, eles não serão apresentados em termos abstratos ou pouco explicativos como conflitos entre regiões, mas sim como conflitos entre classes que, por não terem uma existência nacional, conferem àqueles uma dimensão regional. Essa é também a compreensão de Boris Fausto quando diz, ao analisar os conflitos que levaram à queda das "oligarquias", que, no período em questão,

"não se constituem no país frações nacionais de classe e as contradições no interior das classes dominantes tomam a forma regional" (1970 [1986]: 91).

No entanto, é importante dizer que ao nos referirmos a uma estrutura regional de classe não estamos identificando cada região com uma classe dominante monolítica e homogênea. Os conflitos e subordinações no interior da classe dominante estão presentes em todas as regiões.

A questão que temos que responder neste artigo é a seguinte: porque os principais conflitos políticos no interior das classes e frações dominantes na Primeira República assumiram, na sua maior parte, a forma de um "conflito regional"?

Pensamos que a resposta à esta questão tem duas partes. Primeira: o regionalismo que incentiva os "conflitos regionais" na Primeira República é fruto, na sua maior parte, da concentração, no estado de São Paulo, do complexo exportador cafeeiro, ao passo que os ou-

tros estados economicamente significativos, em especial o Rio Grande do Sul, se dedicavam à economia de mercado interno. Segunda: se a primeira é verdadeira, poderemos interpretar os "conflitos regionais" como conflitos políticos no interior do bloco no poder, mais especificamente entre o setor da classe dominante voltado para o mercado interno, sob a chefia política do Rio Grande do Sul, e o setor voltado para o mercado externo, sob a chefia de São Paulo e Minas Gerais. Ou seja, os "conflitos regionais" são conflitos no interior da classe dominante, cujo eixo se situa na oposição entre interesses voltados para o mercado externo e interesses voltados para o mercado interno (SODRÉ, 1967: 179-180). Tal conflito, em função da concentração da economia agro-exportadora em São Paulo, assume, necessariamente, a forma de um conflito regional entre São Paulo e Minas, de um lado, e os outros estados, sob o comando do Rio Grande do Sul, de outro.

A pertinência das hipóteses acima apresentadas fundamenta-se na lógica dos "conflitos regionais" ocorridos na Primeira República. Se nos abordarmos brevemente os principais conflitos políticos de dimensão nacional ocorridos no período em questão, perceberemos que eles não ocorriam entre todas as regiões aleatoriamente, mas, de fato, entre São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

I. A CONCENTRAÇÃO DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA EM SÃO PAULO

É preciso agora pensar sobre a primeira afirmação, isto é, a de que a economia agroexportadora na Primeira República concentrou-se no estado de São

Paulo, e que os outros estados estavam inseridos na economia de mercado interno, conferindo forma regional aos conflitos no interior da classe dominante.

Surge, então, algumas questões que é preciso responder: a borracha e o cacau também não criaram regiões onde se concentrava uma forte economia agroexportadora? Minas Gerais não era o segundo maior produtor de café do País? Vamos por parte.

A atividade gomífera foi, depois do café, a nossa principal atividade exportadora até 1910. No entanto, é importante frisar que a economia da borracha no norte do Brasil, por uma série de razões que não vamos abordar aqui, jamais logrou atingir, mesmo no seu período áureo, o *status* de complexo econômico. Foi uma atividade extrativista, esmagadoramente controlada pelo capital estrangeiro, que não injetou nenhum dinamismo no norte do País. Não tendo nenhum efeito multiplicador sobre a economia nacional, não gerando nenhum complexo exportador como o cafeeiro, de caráter puramente extrativista, controlada por um capital estrangeiro dedicado exclusivamente a comercialização do produto, a economia gomífera adquiriu uma dimensão necessariamente bem menor que o café na cena econômica e política da Primeira República. A partir de 1910, não suportando a concorrência do plantio racional feito nas colônias asiáticas da Inglaterra e da Holanda, a produção de borracha no Brasil passou a declinar constantemente até ter uma importância quase nula nas exportações nacionais.

Com a economia cacauera o processo parece não ter sido diferente, embora menos trágico, visto que nunca alcançou o *status* econômico da borracha. Significando apenas 2,5% em

média para a pauta nacional de exportação, sofrendo, ao contrário do café, forte concorrência dos países africanos, o cacau sempre foi tratado com grande descaso pelo governo federal, o que explica porque, não raro, as classes dominantes da economia agroexportadora cacauzeira se indispuseram com as classes dominantes da economia agroexportadora cafeeira, como foi o caso, por exemplo, do apoio daquelas à "Reação Republicana" contra o candidato Artur Bernardes, acusado de estar vinculado aos estritos interesses do café.

Com relação a Minas Gerais a questão é mais complicada. Uma análise apressada poderia concluir que a diferença entre a economia cafeeira paulista e a mineira era de caráter meramente quantitativo, e que a famosa aliança entre esses dois estados, a aliança do café-com-leite, tinha como fundamento interesses cafeeiros comuns. Amílcar Vianna Martins Filho, no seu excelente livro *A economia política do café com leite 1900-1930* mostra que havia profundas diferenças na economia mineira e na paulista, o que determinava formas diferenciadas de encarar o relacionamento com o governo federal.

Em São Paulo, a produção cafeeira estava, desde meados do século XIX, em permanente movimento de ascensão. São Paulo ultrapassou Minas Gerais em 1881 e o Rio de Janeiro em 1889 em volume de produção. Entre 1880 e 1940, seis das dez zonas em que se dividia o estado, as seis economicamente mais ativas, estavam ligadas à produção de café. A atividade cafeeira deu, nesse estado, origem à estradas de ferro, casas comerciais, portos, indústrias, sistema bancário, urbanização, em suma, gerou um complexo econômico. Era uma

cafeicultura de maior qualidade e produtividade do que a dos outros estados cafeeiros.

Em Minas, embora não tenha ocorrido um declínio absoluto da produção, é possível falar em crise profunda, e mesmo de decadência do setor cafeeiro. O café permaneceu como o principal produto de exportação do estado, mas pode-se afirmar que a posição relativa da cafeicultura mineira no setor primário era significativamente inferior à posição relativa desta no setor primário da economia paulista. O café não tinha em Minas Gerais a hegemonia que tinha em São Paulo. Ao contrário, a economia mineira era muito mais diversificada. Em razão, em grande parte, da decadência da cafeicultura, Minas se reorientou cada vez mais para a produção para o mercado interno. Diferentemente de São Paulo, a atividade cafeeira não gerou um efeito multiplicador que permitisse a diversificação da economia. Em suma, não havia entre São Paulo e Minas apenas uma indiscutível diferença de grandeza absoluta, mas também em termos relativos a produção de café era mais importante para São Paulo do que para Minas Gerais.

Mais do que tudo isso, a diferença entre a cafeicultura mineira e a paulista residia em padrões diferenciados de acumulação (CANO, 1985). Tal diferença, marcada sobretudo pelas diferentes relações de trabalho vigentes nas duas áreas, pela maior produtividade da cafeicultura paulista e pela maior qualidade de seu café, criou sérios conflitos entre as classes dominantes das duas regiões. Esses conflitos podem ser encontrados em vários casos, como, por exemplo: as dificuldades encontradas pelos fazendeiros de Minas com o pri-

meiro plano valorizador, sobretudo no que se refere ao menosprezo com que o café de menor qualidade produzido por Minas era tratado; a criação de uma taxa-ouro sobre o café exportado, criada pelo mesmo plano, que onerou sobremaneira a cafeicultura mineira formada, na sua grande maioria, por pequenos lavradores sem os recursos financeiros dos grandes cafeicultores paulistas; o desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda na economia cafeeira, com as crises cíclicas de superprodução, que restringia ainda mais a capacidade de absorção do café de baixa qualidade pelo mercado; a disputa pela mão-de-obra, pois a cafeicultura mineira, baseada na parceria, não tinha condições de competir com as vantagens oferecidas pelo colonato nas fazendas de São Paulo. A carência de Mão-de-obra era um problema crônico, apontada como o maior da cafeicultura de Minas, ao passo que a evasão de trabalhadores para São Paulo era vista como a causa principal. Esse problema chegou a gerar sérios conflitos entre Minas e São Paulo. Ressalte-se ainda que os planos valorizadores, na medida em que mantinham o preço do café em alta, incentivavam a expansão da acumulação cafeeira e agravavam ainda mais a disputa por fatores produtivos, como a mão-de-obra, por exemplo.

Como se percebe, se o café pode ser encarado como algo comum entre Minas Gerais e São Paulo, ele não pode se constituir no principal fator explicativo da aliança entre os dois estados. Mais do que interesses comuns, a diferença qualitativa nas duas economias cafeeiras gerou sérios e permanentes conflitos.

Afinal, qual era, então, a razão da aliança entre Minas e São Paulo?

Com a Política dos Governadores não foi difícil perceber que a união das

bancadas de Minas e São Paulo, as duas maiores do Congresso Nacional, propiciaria às classes dominantes desses dois estados o controle do governo federal. A Política dos Governadores transformou São Paulo e Minas nos pilares políticos do governo federal. Mas o que estimulou essa aliança? Às classes dominantes da economia agroexportadora paulista interessava a aliança com os representantes de Minas, pois dessa maneira elas conseguiriam um apoio fundamental do governo federal aos seus interesses econômicos. Na política do café-com-leite, a bancada de Minas e os mineiros no governo federal comprometiam-se a não criar obstáculos à realização dos objetivos paulistas. Lembre-se que os mineiros, junto com os paulistas, dominavam a Comissão de Finanças da Câmara e sempre apoiaram os interesses de "São Paulo", em especial a realização dos esquemas valorizadores. É preciso lembrar também que, apesar da autonomia estadual concedida pela federação, a partir de 1891, algumas medidas econômicas importantes para a cafeicultura - políticas monetária, financeira, cambial, etc. - tinham que ser tomadas necessariamente a nível federal e tinham conseqüências nacionais. Nessas circunstâncias o apoio dos mineiros era indispensável.

Para Minas a aliança tinha um significado um pouco diferente. Como vimos, a economia mineira estava em decadência durante o período em questão e, por isso, a sua sobrevivência econômica dependia muito mais dos recursos federais do que daqueles gerados no interior de suas fronteiras. Através de sua bancada no Congresso Nacional - a de maior número, e que, por isso mesmo, constituía-se em apoio indispensável a qualquer governo - Minas conseguia superar as suas

dificuldades econômicas pelo acesso clientelístico aos favores públicos. Não era por outra razão que Minas Gerais era o Estado que concentrava a maior quantidade de verbas, instituições, ferrovias e funcionários federais. Era através do clientelismo que Minas tinha acesso a uma parte do excedente produzido pela economia nacional. A São Paulo, como parte da aliança, cumpria não impor obstáculos a essa relação. O resultado desse acordo político foi, como se sabe, a hegemonia - conflituosa como qualquer hegemonia - dos interesses exportadores ligados à economia cafeeira paulista, amparados pelo apoio, também conflituoso, dos mineiros. Mais especificamente, o resultado foi a hegemonia dos interesses (econômicos - ligados ao café - e políticos - sobretudo a manutenção do exacerbado federalismo) de uma das frações das classes dominantes ligadas à economia agroexportadora paulista, o grande capital cafeeiro mercantil-exportador. Além disso, a aliança política do café-com-leite teve também um outro resultado importante, qual seja, a exclusão permanente dos outros interesses das frações dominantes dos centros de tomada de decisão.

Parece bastante claro, depois do que foi exposto acima, que a economia exportadora, ou melhor dizendo, o complexo econômico exportador na Primeira República concentrava-se de fato no estado de São Paulo. O Amazonas, a Bahia, o Rio e Minas, mesmo tendo uma atividade exportadora com uma certa importância regional, nem de longe se equiparavam com a complexidade da economia cafeeira paulista, com sua grande diversificação e crescimento constante. Por essa razão, é fácil compreender porque as atividades

econômicas daqueles outros estados praticamente ficaram fora dos cálculos do governo federal durante todo o período, aprofundando as divergências no interior da classe dominante brasileira.

Os outros estados economicamente ativos eram claramente voltados para o mercado interno. Como vimos, Minas Gerais reorientou a sua economia cada vez mais nesse sentido. As suas zonas cafeeiras foram perdendo importância até atingirem o último lugar, entre 1920-1940, no quadro populacional do Estado. Pernambuco, outrora grande exportador, vinha sendo alijado do comércio exterior desde o final do século XVII. Para sobreviver, a economia açucareira pernambuca teve que se reorientar para o mercado interno, tendo nos estados do sul do País o seu principal mercado. O algodão cearense sofreu o mesmo processo, só que com uma importância bem menos significativa. Depois de um breve auge exportador devido à guerra civil americana, voltou-se para o mercado interno, encontrando na indústria doméstica o seu principal consumidor. O Rio Grande do Sul era, no período, a principal força da economia voltada para o mercado interno. Abastecia os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo com o seu charque. Era a terceira potência política da República, com grande penetração nos meios militares e políticos. Pinheiro Machado, senador gaúcho, conseguiu grande influência política, chegando a ameaçar o domínio de Minas e São Paulo na eleição de Hermes da Fonseca. Era natural que as classes dominantes do Rio Grande do Sul e os seus representantes políticos, com a força que tinham e com interesses próprios, se tornassem o carro-chefe da oposição

política no interior do bloco no poder na Primeira República.

Ora, se é verdade que essa oposição existia, se é verdade que era determinada pela contraposição básica entre interesses voltados para o mercado interno e interesses voltados para o mercado externo e se é verdade que ocupava um lugar central na luta política do período, é preciso ver se ela se manifestava nos principais conflitos políticos do período. É o que faremos a seguir.

II. OS CONFLITOS POLÍTICOS E A OPOSIÇÃO ENTRE OS INTERESSES EXPORTADORES E OS INTERESSES DE MERCADO INTERNO

Propomos analisar aqui, brevemente, à luz das hipóteses formuladas anteriormente, alguns conflitos políticos centrais na Primeira República - as sucessões presidenciais, a formação da Aliança Liberal e a Revolução de 1930 e o movimento salvacionista especificamente em São Paulo -, mostrando como tais conflitos repetem sistematicamente a lógica já apontada anteriormente: oposição entre, por uma lado, São Paulo e Minas Gerais e, por outro, os outros estados sob a chefia política do Rio Grande do Sul.

II.1 As sucessões presidenciais

Analisaremos aqui as sucessões presidenciais somente a partir do governo Campos Sales (1898-1902), quando se deu a criação da Política dos Governadores, afastando de vez os interesses das frações dominantes ligadas ao mercado interno dos centros estatais decisivos para a tomada de decisão. Antes disso, durante a chamada

República da Espada e até o final do governo de Prudente de Moraes, os conflitos e lutas políticas giravam sobretudo em torno da conservação da República Federativa, contra as tentativas de restauração e contra o perigo de uma República unitária.

Como se sabe, o centro vivo da Política dos Governadores era o apoio recíproco entre, de um lado, o governo federal e, de outro, Minas e São Paulo. O apoio desses dois estados ao governo federal permitia a ambos, através do coronelismo e do mecanismo de "verificação de poderes", montar bancadas no Congresso Federal intimamente ligadas e subservientes aos governos estaduais, além, é claro, de serem plenamente unidas, coesas e disciplinadas pelos respectivos partidos republicanos. Os representantes políticos de Minas e São Paulo perceberam que a coesão de suas bancadas, possibilitada pela Política dos Governadores, e a união entre elas, lhes proporcionavam o domínio do governo federal e o sufocamento de qualquer interesse divergente. Mesmo no âmbito das classes e frações dominantes, a alternância no poder estava praticamente descartada.

A Política dos Governadores consolidou o domínio permanente - com algumas ameaças, como foi o caso da eleição de Hermes da Fonseca em 1910 - dos interesses das frações dominantes ligadas à economia agroexportadora, mais especificamente do grande capital cafeeiro mercantil-exportador, e dos interesses clientelistas de Minas, mesmo quando o presidente não era originário nem de São Paulo nem de Minas, o que, aliás, é o menos importante para a análise do período.

Por essa razão, a candidatura de Rodrigues Alves para suceder Campos

Sales sofreu forte oposição do Rio Grande do Sul. O candidato se declarava abertamente um continuador da política de Sales, isto é, a política da marginalização daqueles que se encontravam fora da política do café-com-leite. Por isso, Pinheiro Machado, o influente senador gaúcho, conseguiu reunir grupos dominantes de alguns estados, sobretudo do norte do País, numa espécie de confederação de partidos, sob sua suprema chefia. O objetivo era organizar a oposição a Rodrigues Alves e a tentativa de influenciar nas suas decisões.

Na sucessão de Rodrigues Alves, Bernardino de Campos apareceu como o candidato do presidente. Imediatamente sua candidatura foi criticada por Pinheiro Machado, que considerava Bernardino como "tacão do PRP e do exclusivismo paulista" (COSTA PORTO, 1985: 117).

No entanto, as frações dominantes de São Paulo também recusaram a candidatura de Bernardino, em função de suas críticas às propostas de sustentação do preço do café. A solução, típica da política do café-com-leite, veio com o nome do mineiro Afonso Pena, comprometido, ao mesmo tempo, com a política de valorização e com o clientelismo mineiro. O Rio Grande do Sul, como não poderia deixar de ser, fez oposição ao nome do candidato e àquilo que ele representava.

A sucessão de Afonso Pena foi uma das mais complicadas e presenciou o gênio político de Pinheiro Machado em ação. O candidato natural à sucessão era o mineiro João Pinheiro. Porém, com a morte deste, o presidente indicou para sucedê-lo o nome de Davi Campista. Abriu-se então um conflito entre Minas e São Paulo a respeito de Campista, conflito que, na verdade, comprova o fun-

damento da política do café-com-leite. São Paulo concordou com a indicação de Campista imediatamente, pois sabia ser ele comprometido com seus interesses exportadores. Os políticos mineiros, ao contrário, recusaram a indicação, pois diziam ser Campista um nome com poucos vínculos no Estado, sem base política, isto é, sem laços profundos de fidelidade com os caciques mineiros. Estes temiam ameaças às ligações clientelistas com o governo federal e o ostracismo político. Pinheiro Machado aproveitou a cisão e a sua influência nos meios militares e lançou o nome do Marechal Hermes da Fonseca. São Paulo, avesso às candidaturas militares, temendo o centralismo, foi para a oposição. Minas, em consonância com suas preocupações clientelistas, apoiou o nome do Marechal e permaneceu no governo. De 1910 a 1914, Pinheiro Machado foi, sem dúvida, o político mais influente, vivendo o auge de sua carreira política.

O mais importante é que o nome do senador gaúcho, em função da sua crescente influência, despontou como o nome natural para a sucessão de Hermes da Fonseca. Bastou essa ameaça para que a cisão entre Minas e São Paulo fosse desfeita. Quando Cincinato Braga, político paulista, se pôs a par do avanço da candidatura gaúcha, comunicou o fato imediatamente a Francisco Sales, procurando levantar a reação de Minas. Como representante oficial de São Paulo, Braga viajou para Minas a fim de avistar-se com Bueno Brandão. Juntos, firmaram, no dia 21 de abril de 1913, o "pacto de Ouro Fino", onde mineiros e paulistas se comprometiam a agir juntos, nenhum deles aceitando cargos que porventura fossem oferecidos pelo senador gaúcho, dentro de sua tática divisionista. Prome-

tiam marchar coligados com uma candidatura de consenso. Com medo de uma reviravolta que favorecesse Pinheiro Machado, o governador de Minas apressou-se em consultar Rodrigues Alves, em 09 de julho do mesmo ano. O resultado final foi que PRP e PRM declararam oposição incondicional à candidatura de Pinheiro Machado, lançando a chapa Wenceslau Brás-Urbano Santos para a Presidência e Vice-Presidência.

A sucessão de Wenceslau Brás se fez tranqüilamente, com Minas e São Paulo aceitando o nome de Eptáceo Pessoa para substituir o falecido presidente eleito Rodrigues Alves.

Ao contrário, a sucessão de Eptáceo Pessoa esteve longe de ser tranqüila. Foi uma eleição paradigmática no que se refere à oposição riograndense. Aqui, o confronto entre interesses exportadores e interesses voltados para o mercado interno aparece de forma límpida. O nome de Artur Bernardes apareceu apoiado por Minas e São Paulo. O Rio Grande do Sul criticou violentamente a candidatura. Através de Borges de Medeiros, chefe político gaúcho, formou-se a "Reação Republicana", apoiada pelo Rio, Bahia e Pernambuco. A "Reação" criticou fortemente o "exclusivismo paulista", os esquemas valorizadores e o perigo que representavam para as finanças. Denunciou a exagerada especialização que a economia brasileira vinha sofrendo e reivindicou proteção para os outros produtos. O Rio Grande do Sul tinha razão no seu temor. Foi o governo Artur Bernardes que efetivou a defesa permanente do café.

A sucessão de Artur Bernardes, com a eleição de Washington Luís, foi das mais tranqüilas da Primeira República. Ocorreu perfeitamente dentro do previs-

to. Porém, a sucessão deste foi marcada, como todos sabem, pela esperada oposição do Rio Grande do Sul e, o que foi de suma importância, pela cisão entre Minas e São Paulo, levando o País à revolução de 1930.

II.2 A Aliança Liberal e a Revolução de 1930

A formação da Aliança Liberal e a Revolução de 1930 são processos bem conhecidos. Por isso não nos deteremos na sua análise. O objetivo neste item é apenas mostrar que esses acontecimentos reproduzem o padrão de conflito no interior do bloco no poder da Primeira República, com um grau de radicalização bem maior. Boris Fausto já disse que, por mais que no final dos anos 20 tenha ocorrido uma ascensão do movimento popular, as alternativas que estavam colocadas nesse período eram alternativas de "elites", de elites ampliadas, é certo, mas de elites. O que propiciou a formação da Aliança Liberal e o advento de Revolução de 1930 foi, sem dúvida, a cisão entre Minas e São Paulo, muito mais comprometedor do que a ocorrida em 1910, e a capacidade política do Rio Grande do Sul em articular a oposição e quebrar a resistência paulista. Para se entender a cisão entre Minas e São Paulo não basta apontar a origem paulista de Júlio Prestes. É preciso ver o que significou para Minas o governo Washington Luís.

O governo de Washington Luís foi marcado, entre outras coisas, por sérias ameaças à relação clientelista de Minas com o governo federal. Podemos apontar aqui dois "desencontros" importantes. O primeiro deles foi a retaliação, por parte de São Paulo, a

Minas, através do Presidente, quando este estado tentou fraudulentamente aumentar a sua população para obter mais cadeiras no Congresso. A retaliação do Presidente causou à Minas Gerais a perda de 14 cadeiras no Congresso para a oposição pró-paulista, ficando seu bloco reduzido a 23 congressistas. A perda dessas cadeiras se deu através da "degola" dos candidatos do PRM e do "reconhecimento" de candidatos que apoiavam o Presidente (grupo da concentração conservadora). A tensão se agravou com a perda, por Minas, de todas as presidências de Comissões do Congresso e pela imposição de sanções econômicas federais. Interferindo em decisões do oficialismo mineiro e ferindo a autonomia da comissão executiva do PRM, Washington Luís efetivava uma alteração inédita no equilíbrio federal. Tratado como um pequeno estado, ameaçado nas suas relações com o governo federal, Minas apoiou a oposição riograndense, temendo a continuação da prepotência paulista com Julio Prestes, nome a que Washington Luís se apegava de forma inflexível (WIRTH, 1985: 89).

Ora, as frações dominantes do Rio Grande do Sul e os seus representantes políticos não perderam a chance, e viram, finalmente, a oportunidade de ampliar a participação nos centros de poder e de sair do ostracismo político e econômico.

Os rumos da Revolução de 1930 foram, em grande parte, definidos por essa busca de certas frações dominantes por uma ampliação do "círculo de decisões". Não é à toa que o programa da Aliança Liberal refletia os interesses das classes dominantes não associadas ao núcleo cafeeiro: o incentivo à "produção" nacional em geral, e não apenas ao café, combate aos esquemas

valorizadores em nome da ortodoxia, estabilidade financeira, política antiinflacionária e criação de vários institutos protecionistas (mate, açúcar e álcool, etc.) (FAUSTO, 1972: 42).

II.3 O Movimento Salvacionista em São Paulo

Não iremos detalhar aqui todas as intervenções salvacionistas ocorridas no período Hermes da Fonseca. Interessamos aqui somente a tentativa de intervenção em São Paulo, articulada por Pinheiro Machado. O movimento salvacionista teve conseqüências negativas para o senador gaúcho, na medida em que a *entourage* do Presidente era formada também por antipinheristas que deploravam a influência de Pinheiro Machado sobre o Presidente. As salvação atingiram os feudos políticos de Pinheiro, sobretudo os estados do norte do País. Atingido, Pinheiro Machado vislumbrou a possibilidade de tirar vantagens políticas do momento, tentando articular uma intervenção no estado de São Paulo. As vantagens eram óbvias. Enfraquecia-se politicamente o estado onde se concentravam os interesses que controlavam o aparelho central do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, com a intervenção, Pinheiro Machado criaria uma base política sólida em São Paulo, cuja solidariedade era fundamental em qualquer sucessão presidencial. A fração dominante ligada ao mercado interno e seus representantes políticos saíam, assim, do lugar secundário que a aliança do café-com-leite tinha lhes reservado na cena política da Primeira República. São Paulo reagiu imediatamente à tentativa, inclusive mobilizando a sua poderosa força pública, ameaçando reagir com violência. A

tentativa intervencionista fracassou. Em 08 de setembro de 1915, o líder gaúcho foi assassinado e as frações dominantes do Rio Grande do Sul viram-se, assim, enfraquecidas institucionalmente frente ao predomínio político e econômico das classes exportadoras.

As sucessões presidenciais, o movimento salvacionista em São Paulo, a formação da Aliança Liberal e a revolução de 1930 revelam, assim, a lógica dos "conflitos regionais" na Primeira República. Mostram que são, na verdade, conflitos no interior da classe dominante que assumem a forma de um conflito entre regiões, em função da concentração das frações dominantes ligadas à economia agroexportadora em São Paulo. O que se percebe nos conflitos políticos da Primeira República é o conflito sistemático entre, de um lado, São Paulo, e, de outro, o Rio Grande do Sul, com Minas vacilando eventualmente, o que é característico de seus interesses predominantemente clientelistas. Ou por outra, o que se percebe nesses conflitos políticos da Primeira República é que eles são determinados por uma oposição principal: a oposição entre os interesses das frações da classe dominante voltada para o mercado externo e os interesses das frações voltadas para o mercado interno. Nesse sentido, falar em hegemonia política de uma região - e não de uma classe ou fração da classe dominante - é estar preso às aparências com que a regionalização da economia agroexportadora recobriu a luta de classes no interior do bloco no poder na Primeira República.

III. AS BASES DA LEGITIMIDADE DA HEGEMONIA AGROEXPORTADORA

Porém, os conflitos políticos no interior do bloco no poder não devem nos fazer esquecer o fato de que a hegemonia de São Paulo, isto é, do grande capital cafeeiro mercantil-exportador, durou quase quarenta anos. Quais foram os elementos que, em relação às outras frações dominantes, tornaram legítima a dominação do grande capital cafeeiro? Propomos apontar aqui, brevemente, o que consideramos ser os dois elementos fundamentais para a hegemonia dessa fração da classe dominante e, ao mesmo tempo, identificar o ponto fraco dessa mesma hegemonia.

Se olharmos brevemente todas as regiões economicamente significativas na Primeira República (Bahia, Pernambuco, Rio, Minas, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, São Paulo), perceberemos que há algo de comum entre elas. Tanto nas regiões voltadas para o mercado interno como naquelas voltadas para fora predomina aquilo que poderíamos chamar de uma economia agromercantil. Isto é, em todas elas vigorava uma produção agrária subordinada a um capital mercantil.

A reiteração desse caráter agromercantil da economia nacional figurava como um dos elementos que integravam os interesses de várias frações da classe dominante a nível nacional. Os interesses hegemônicos da economia agroexportadora, que era também uma economia agromercantil, poderiam incorporar sem problemas a defesa desse caráter da economia nacional como a defesa de um interesse ao mesmo tempo particular e geral. Este era, sem dúvida, um interesse básico de algumas frações dominantes, notadamente daquelas ligadas à atividade mercantil.

Em função disso, a ideologia da "vocação agrária" do País, que predominava no âmbito da economia agroexportadora, estava em plena harmonia com a reitera o do caráter agromercantil da economia nacional. Tal ideologia era funcional não são ao setor produtivo agrário, mas também ao capital mercantil, pois legitimava a posi o privilegiada que este último ocupava na economia nacional, exportadora ou não.

Indícios de que a fra o hegemônica da economia agroexportadora podia tomar a si o "direito" de representar esse interesse básico do bloco no poder   o fato de esta fra o e o modelo de acumula o que ela representava nunca terem sido alvos de uma crítica radical, revolucionária de fato - nem 1930 o foi -, por nenhuma fra o do bloco no poder.

Outro elemento importante para a legitimidade da hegemonia do grande capital cafeeiro era a própria atividade cafeeira. A importância do café ultrapassava não são as planta es como as próprias fronteiras do estado de São Paulo. O café era a moeda nacional. Constituiu-se no alicerce da estrutura financeira do Estado brasileiro, era responsável pela estabilidade do câmbio, pelo nível das reservas em ouro, pela capacidade para importar e, o que nos interessa bastante aqui, criava mercados que sustentavam a produ o voltada para o mercado interno. Para o setor da economia nacional voltado para o mercado interno, a falência da economia cafeeira significaria a falência do próprio País. Sempre que o café estava em crise, tornava-se necessário manter o nível da renda gerada por essa atividade, não são por causa dos interesses imediatamente envolvidos na economia cafeeira, mas porque a queda no seu ritmo de acumula o e,

portanto, a queda da renda interna teria, como se sabe, efeitos perversos sobre a economia de mercado interno.

  justamente em fun o dessa importância do café para as finanças do Estado brasileiro e para a economia voltada para o mercado interno, que a fra o hegemônica da economia agroexportadora e seus representantes políticos foram capazes de desenvolver um discurso que identificava os interesses particulares dessa fra o de classe com os interesses gerais do bloco no poder. A base real e concreta para esse discurso era justamente a importância nacional adquirida pelo café. Tal importância permitiu a compatibiliza o, durante muito tempo, entre um "interesse regional", isto  , o interesse do grande capital cafeeiro, com o "interesse nacional", isto  , os interesses de outras fra es dominantes. Foi sempre argumentando que o café era um ativo nacional e não regional que se conseguiu garantir o "tratamento especial" dado aos interesses "paulistas".   revelador da eficácia do argumento o fato de que o primeiro esquema valorizador tenha sido aprovado por grande maioria no Congresso: 106 votos a favor e 15 contra na Câmara dos Deputados e 31 a 6 no Senado (SOUZA, 1968: 219, nota 41).

  claro que a capacidade de legitima o da hegemonia do grande capital cafeeiro tinha um grave limite: o sistema decisório altamente exclusivista que predominou com a política do café-com-leite. No que se refere às classes dominantes, vimos que o resultado imediato da política do café-com-leite foi a exclusão permanente dos centros políticos de decisão dos interesses das fra es dominantes ligada ao mercado interno. Esse rígido exclusivismo condenou essas fra-

ções a um ostracismo político ou a um lugar permanentemente secundário na política da Primeira República. Tal situação permitiu, como se sabe, uma radicalização na especialização da economia brasileira em direção ao café (lembra-se dos três esquemas de sustentação do café e mais a defesa permanente), ao passo que manteve sem apoio algum os outros setores da

economia brasileira. A hegemonia do grande capital cafeeiro baseou-se cada vez mais na exclusão, deixando de lado a integração de interesses de outras frações, fator fundamental para o exercício da hegemonia. Parece-nos que este é o principal fator explicativo da revolução de 30 e do fim da hegemonia política do grande capital cafeeiro.

Renato Monseff Perissinotto é Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UNICAMP, Mestre em Ciência Política pela UNICAMP e professor de Política Brasileira no Departamento de Ciências Sociais da UFPR.

BIBLIOGRAFIA

CANO, Wilson. (1985). "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)". *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, 15 (2): 291-306. maio/ago.

CARONE, Edgar. (1970). *A República Velha (instituições e classes sociais)*. 2ª ed. 1972. São Paulo. Difusão Européia do Livro .

COSTA PORTO, José da. (1985). *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2ª edição. Porto Alegre, Editora LPM/Pró-Memória

FAUSTO, Boris. (1972). *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo, Cadernos Cebrap, nº 10.

FAUSTO, Boris. (1985) "Expansão do café e política cafeeira". In: B. Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume III, Tomo I. São Paulo, Editora Difel.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. (1981) *A economia política do café-com-leite 1900-1930*. Belo Horizonte, UFMG/PROED.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. (1991). *Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo 1889-1930*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, datilo.

SODRÉ, Nelson Weneck. (1967). *História da burguesia brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. (1968). "O processo político-partidário na Primeira República". In: *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Editora Difusão Européia do Livro.

WIRTH, John. (1985). "Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937". In: B. Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Volume III, Tomo I, São Paulo, Editora Difel.

